

O crescimento como solução, fórmula de Dias Leite

NOVO LIVRO DEFENDE A EXPANSÃO COMO MELHOR FORMA DE ROMPER OS IMPASSES

ROLF KUNTZ

Brasil

26 JAN 2000

ESTADO DE SÃO PAULO

A economia brasileira pode voltar a crescer velozmente, como no período entre 1948 e 1980, quando o Produto Interno Bruto (PIB) se expandiu em média 7,2% ao ano. A economia mundial mudou e os problemas internos também, mas nada justifica imaginar o País condenado à estagnação ou ao crescimento medíocre. A economia é diversificada, tem uma boa base industrial, os ganhos de produtividade têm sido consideráveis e os brasileiros demonstraram, mais de uma vez, uma notável capacidade de reação às dificuldades. Tudo isso justifica objetivos mais ambiciosos. A opinião

O governo precisa redescobrir seu papel, sustenta o economista

é do professor, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce e ex-ministro de Minas e Energia Antônio Dias Leite. Aparece em seu livro *Crescimento Econômico – Experiência Histórica do Brasil e Estratégia para o Século XXI*, recém-lançado pela Editora José Olímpio.

Não se trata de retomar velhos padrões de política econômica, deixa bem claro Dias Leite, mas de redescobrir a idéia de estratégia, uma noção desaprendida pelo governo brasileiro. De fato, segundo o economista, a equipe de governo precisa redescobrir algo mais: a economia tem um lado real, no qual se produzem fisicamente bens e serviços consumidos pelas pessoas, no mercado interno ou no externo, ou aplicados à produção de outros bens e serviços. Cuidan-

do exclusivamente, ou quase, de objetivos financeiros, o governo jamais passou ao que deveria ter sido a segunda fase do Plano Real, construção de uma nova dinâmica de crescimento.

Além de atender a objetivos de médio e de longo prazo, como a criação de bem-estar e o combate à pobreza, a expansão da economia é necessária, argumenta Dias Leite, para o País vencer os impasses do Plano Real e iniciar três círculos virtuosos: 1) do lado empresarial: maior produção, maior capacidade de poupança, maior investimento, maior produção, etc.; 2) do lado governamental: maior arrecadação, maior saldo fiscal, menor dívida, juros menores, maior crescimento, maior arrecadação, etc.; 3) do lado externo: maior exportação, melhor saldo, menor endividamento, menos encargos de juros, menor dependência de financiamento, maior capacidade de importar, maior exportação e assim por diante.

Não se trata de fórmulas mágicas, nem de simples aplicação, mas de caminho indicado tanto pela experiência de longo prazo quanto pelo ensinamento das últimas crises. Incapaz de conceber saídas construtivas, o governo, assinala Dias Leite, limitou-se, diante dos choques dos últimos anos, a soluções passivas, com elevação de juros e compressão da atividade interna. O último choque forçou a mudança da política de câmbio. Daí resultou, pelo menos, uma possibilidade maior de

administrar a balança comercial e de reinaugurar, se houver empenho, uma política de exportação.

Dias Leite não chega a desenhar uma estratégia de desenvolvimento, mas aponta, em sua análise, elementos suficientes para balizar o trabalho. Será possível, segundo ele, formular um plano com rapidez, se o governo conseguir organizar-se para isso. As decisões políticas deverão caber ao presidente, assessorado por uma comissão de alto nível, com base num trabalho técnico desenvolvido por uma força-tarefa, composta por gente do governo e de fora dele. Há muito material disponível para a discussão e o governo, além disso, ainda dispõe de algumas áreas de apoio logístico – BNDES, Ipea e IBGE, por exemplo. São remanescentes de uma administração devastada, principalmente a partir de 1990, assinala Dias Leite, por uma concepção distorcida de reforma administrativa.

Não tem sentido, insiste o economista, continuar condicionando o crescimento à aprovação de todas as reformas. Dificilmente haverá uma solução rápida para o déficit da Previdência. A reforma tributária envolve enormes complicações políticas e a conciliação de objetivos muito diferentes, como o ganho de competitividade, a universalização da incidência, o combate à sonegação, etc. Por que não pensar em mudanças por etapas, se for impossível uma solução completa a curto prazo?

O esforço de Dias Leite, nesse livro, consiste em grande parte em apontar a responsabilidade do governo como agente do desenvolvi-

mento, num sentido muito forte: não necessariamente como produtor direto de bens e serviços (embora ainda possa exercer essa tarefa, em alguns casos), mas também não só como regulador.

Além de outras tarefas, ligadas, por exemplo, a políticas setoriais, cabe ao governo, para começar, a definição e a conciliação de objetivos de crescimento e de estabilidade monetária. Metas de inflação, segundo ele, são assunto para decisão em nível mais alto que o do Banco Central. O tema de conciliação de objetivos é um dos mais polêmicos no pequeno livro de Dias Leite. Não se trata de pregar tolerância inflacionária, mas de tomar a estabilidade como um dos objetivos da política econômica – não é único, nem o principal.

É uma questão delicada, especialmente por causa da experiência brasileira de hiperinflação e de uma tradição política de irresponsabilidade fiscal e monetária. É fácil, neste ponto, interpretar de forma perigosa as palavras de Dias Leite, apesar de suas ressalvas.

Trata-se, enfim, de um livro rico e provocante. O autor consegue, em cerca de 200 páginas, reconstituir de forma enxuta a evolução econômica do País em meio século, mostrando as fases de avanço, o tempo perdido, as mudanças no ambiente internacional, as transformações institucionais, alguns desastros da nova Constituição, os sucessos e impasses do Plano Real. É um bom material para alimentar a discussão de uma nova agenda brasileira.

■ Rolf Kuntz é jornalista